

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Medicina | Departamento de Nutrição
Graduação em Nutrição**

Roberta Cardoso

**A (des)construção da profissão nutricionista:
a história através de uma perspectiva social**

Porto Alegre

2015

Roberta Cardoso

**A (des)construção da profissão nutricionista:
a história através de uma perspectiva social**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Nutrição, à Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel Canuto

Porto Alegre

2015

Roberta Cardoso

**A (des)construção da profissão nutricionista:
a história através de uma perspectiva social**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Nutrição, à Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 2015

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso "A (des)construção da profissão nutricionista: a história através de uma perspectiva social", elaborado por Roberta Cardoso, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Nutrição.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Raquel Canuto - Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof^ª Dr^ª Ana Beatriz Almeida de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof^ª Dr^ª Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora maravilhosa, professora Raquel Canuto, sem ela não acreditaria que nós nutricionistas podemos sim ser diferentes do que dizem por aí que somos.

A minha banca, querida banca, professoras Ana Beatriz Oliveira e Eliziane Ruiz, além de serem inspiradoras profissionalmente, são exemplos de seres humanos.

A todas as professoras e professores que contribuíram com meu futuro profissional a cada palavra dita em sala de aula e, principalmente, fora dela.

A minha mãe e meu pai que sempre me apoiaram e aceitaram minha ausência enquanto me dedicava ao que acredito.

A minha irmã que desde que existo me acompanha nesse crescimento e sempre se permitiu crescer comigo.

A minhas amigas e amigos, desde piá, que o universo me deu ao longo da vida.

A todas as pessoas que se juntaram a mim nesse caminho acadêmico (ou não) por um mundo melhor, muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVO	9
3. MÉTODOS	10
4. CAPÍTULO I. DO PARADIGMA CIENTÍFICO AO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	10
4.1. DISCIPLINA, PARADIGMA E CAMPO CIENTÍFICO	10
4.2. O CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	12
5. CAPÍTULO II. HISTÓRIA DA NUTRIÇÃO NO BRASIL.....	16
5.1. NUTRIÇÃO CLÍNICA.....	19
5.2. NUTRIÇÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ALIMENTAÇÃO COLETIVA.....	21
5.3. NUTRIÇÃO SOCIAL - NA SAÚDE COLETIVA	23
6. CAPÍTULO III. ENTRE O BIOLÓGICO E O SOCIAL.....	26
7. CAPÍTULO IV. AUTONOMIA E GÊNERO, SERÁ QUE TEM A VER?	32
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

A história da Nutrição tem mais de 70 anos no Brasil, e os seus contornos teóricos e o seu exercício profissional ainda estão em transformação. Porém, essas são questões pouco discutidas na literatura científica e durante a formação das nutricionistas. Assim, este trabalho se propõe a dissertar sobre como vem se estabelecendo, histórica e politicamente, a Nutrição, enquanto campo científico e profissional no Brasil. Além disso, será discutido o gênero como elemento central na história e contemporaneidade da profissão e sua relação com a autonomia profissional. Uma vez que nos dias atuais captamos cada vez mais para a área da saúde as discussões e referenciais das ciências humanas e sociais, temos cada vez mais subsídio teórico para argumentar questões importantes do processo de constituição da nossa profissão.

Dessa forma, no primeiro capítulo, abordaremos algumas definições teóricas, partindo de conceitos da filosofia e sociologia para compreendermos a organização dos campos científicos e dos processos de profissionalização. No segundo capítulo, há uma apresentação de como se estabeleceu historicamente o campo de práticas na área da nutrição e como se deu a formação profissional da nutricionista, de sua origem na década de 30 aos dias atuais, passando pelas áreas mais bem delimitadas da nutrição - a Nutrição Clínica, Nutrição na Saúde Coletiva e Alimentação Coletiva. Dessas áreas são apontados pontos comuns, dentre eles a Segurança Alimentar e Nutricional, presente em todas as áreas de modo transversal. No terceiro capítulo, uma discussão sobre o diálogo entre os polos de pensamento biológico e social, e como isso repercute na formação de nutricionistas. É apresentada uma análise dos currículos de graduação e seu impacto na atuação profissional. No quarto e último capítulo, são levantados alguns apontamentos sobre para onde podemos levar a discussão, buscando compreender caminhos para ampliar a percepção da nutricionista do próprio trabalho, contribuindo, assim, na discussão para que tenhamos maior autonomia profissional.

2. OBJETIVO

Recuperar e descrever a história, amadurecimento e expansão da nutrição, enquanto ciência e profissão autônoma no Brasil, problematizando questões acerca da autonomia profissional e o papel do gênero predominantemente feminino na profissão.

3. MÉTODOS

Foi elaborada uma revisão bibliográfica, através da busca em artigos, livros e sites que abordassem a temática da constituição da nutrição enquanto ciência e profissão. Para embasar as discussões numa concepção mais teórica, foi efetuada pesquisa acerca de conceitos originados da filosofia e da sociologia.

4. CAPÍTULO I. DO PARADIGMA CIENTÍFICO AO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

4.1. DISCIPLINA, PARADIGMA E CAMPO CIENTÍFICO

Uma disciplina científica nasce como uma nova maneira de considerar o mundo e dessa forma redefinir conceitos. Essa nova maneira se estrutura em ressonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época. Há um certo número de regras, princípios, normas e práticas que organizam o mundo antes de seu estudo mais aprofundado, criados em torno e na base de cada disciplina científica, produzindo classificações que parecem quase evidentes, a ponto de servirem de base e de referência ao pensamento subsequente. Esta “evidência” é então um efeito que ocorre somente após o estabelecimento de uma disciplina, e ainda há momentos em que pode ser recolocada em questão. O objeto de uma disciplina não existe então antes da existência dela própria, ele é construído por ela. Em outros termos, uma disciplina científica não é definida pelo objeto que ela estuda, mas ela o determina, e, na evolução da disciplina, esse objeto pode variar (FOUREZ, 1995).

Para definir paradigma - ou matriz disciplinar - Fourez utiliza o pensamento de Kuhn (1962 *apud* FOUREZ, 1995), que o descreve como uma organização, estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo. Assim sendo, para efetuar uma pesquisa na saúde, utilizando o exemplo dado pelo autor, é preciso já possuir algumas ideias a respeito da questão. A disciplina que nascer dessas pesquisas, estruturar-se-á em torno dessas ideias prévias. A partir do momento em que sabemos que o estudo científico da saúde depende de uma decisão relativa, torna-se possível levar em conta o fato de que esse conceito já depende de uma certa visão do mundo e da sociedade, de um certo projeto. Assim, é possível concluir que os conceitos fundamentais são construídos e não dados. Isso nos remete ao

pensamento que não foi construído por acaso, mas em função de interesses precisos, historicamente determinados. Portanto a escolha de uma definição científica determinada não será jamais ideologicamente neutra, isto é, a maneira pela qual se definirá um objeto está ligada a uma visão do mundo, a um projeto, a múltiplas legitimações, ou seja, a todo um discurso ideológico.

Conforme apresenta o autor, o conceito de "saúde" provém de uma certa maneira de contar o que nós vivemos por meio de relatos que todos conhecemos e que dizem o que é para nós, concretamente, estar com boa saúde. De igual modo, a biologia será influenciada por uma certa ideia, partilhada por um dado conjunto cultural, da diferença entre o que está vivo e o que não está. Aqui, como em outras situações, fala-se de uma diferença e portanto da decisão - em geral inconsciente ou pré-consciente - pela qual escolhemos valorizar a diferença e não a semelhança. Em nossa cultura, por exemplo, traçamos uma linha de demarcação quase tão grande entre o vegetal e o animal quanto entre o ser vivo e o não vivo; aliás, essa linha de demarcação deixou os seus traços em biologia na distinção entre botânica e a zoologia. Esses elementos culturais estão na base da disciplina que se denomina biologia; fazem parte do seu paradigma (FOUREZ, 1995).

A partir de um paradigma, constituiu-se o campo científico de Bourdieu (1976), que, conforme apresenta Prado (2011), consiste num sistema em que agentes assumem posições conquistadas num espaço de lutas concorrenciais travadas ao longo da história. Trata-se de um espaço que guarda peculiaridades, dentre elas o fato de esses atores serem a um só tempo consumidores e juízes de seus próprios produtos. Para Bourdieu (1976), o universo "puro" da mais "pura" ciência é um campo social como outro qualquer, onde os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou pesquisador são sempre influenciados, ao longo de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ocupa nas hierarquias instituídas. O autor traz também o conceito de autoridade científica, definida como capacidade técnica e poder social. Segundo ele, a autoridade científica é uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo reconvertido em outras espécies (BOURDIEU, 1976; PRADO, 2011).

Para estabelecermos um paradigma precisamos que o mesmo seja reproduzido. Assim como definimos paradigma, podemos definir quem reproduz tal forma de organizar algum conhecimento. No senso comum, qualquer atividade desenvolvida pelo ser humano pode ser considerada uma "profissão", mas essa palavra carrega uma longa história em todas as línguas

européias originadas do latim. A partir do século XIX começa a surgir uma diferenciação entre profissionais com elevado grau de conhecimento formal e os demais trabalhadores, passando-se a pensar na profissão como uma classe ou categoria especial no conjunto de ocupações existentes (BOSI, 1995).

Bosi (1995) se apropria de uma série de autores do campo da Sociologia das Profissões para embasar o conceito. Para Wilensky (1970 *apud* BOSI, 1995), qualquer profissão que pretenda exercer autoridade profissional precisará de uma base técnica para fazê-lo, reivindicar que tanto as técnicas como a jurisdição estejam de acordo com padrões de treinamento, ou seja, de uma formação, e convencer o público de que seus serviços são exclusivamente confiáveis. Goode (1969 *apud* BOSI, 1995) diz existir um “tipo ideal” para definir o que é profissão, que comportaria em síntese os seguintes elementos: 1. alta renda, prestígio, influência; 2. alto nível educacional; 3. autonomia profissional; 4. compromisso dos membros com a profissão; 5. desejo de permanência na profissão; 6. código de ética/coesão; 7. monopólio sobre a tarefa. Numa tentativa de hierarquizar os diferentes elementos por ele assinalados, Goode considera como núcleo de tais características dois traços que englobam os demais: 1. o corpo básico do conhecimento; e 2. o ideal de serviço.

A partir das características apontadas por Bosi (1995), vemos que o processo de profissionalização envolve uma gama de relações sociais não só entre membros de uma determinada ocupação, mas igualmente com outras correlatas e a sociedade em geral. Portanto, a intenção da autora é afastar uma abordagem que destaque a profissionalização e sua análise de modo autônomo e alheio ao processo em que se insere, sendo essencial para constituir uma profissão o monopólio de uma base cognitiva sólida, cuja utilidade seja claramente demonstrável através de serviços, oferecendo assim a base para a reivindicação de determinada fatia do mercado (BOSI, 1995).

Tendo como base os conceitos apresentados sobre campo e profissão, partimos para a discussão onde aborda-se a constituição do campo científico da Alimentação e Nutrição e constituição histórica da ciência da nutrição enquanto profissão.

4.2. O CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Prado (2011) apresenta a Alimentação e Nutrição como campo científico, partindo do conceito já apresentado de Bourdieu (1976). Para a autora, o mundo da ciência positiva aborda o

nutrir dentro do campo biomédico, onde teve suas bases construídas a partir da noção de higiene ao longo da segunda metade do século XIX e, no XX, passou a ter sua estratégia discursiva ligada à Epidemiologia. Desse modo, ainda segundo a autora, a Nutrição assume sentido específico no processo de racionalização científica do comer, instituindo a dieta como ferramenta para equilibrar ingestão e gasto de nutrientes no corpo humano. Assim, **alimento** e **nutriente** correspondem a objetos situados no âmbito da Natureza, com seu estudo voltado para processos biológicos (PRADO, 2011).

Comer, nutrir e alimentar podem muito bem ser sinônimos no léxico do senso comum, entretanto, segundo Prado (2011), no interior do campo científico, apresentam especificidades resultantes de movimentos sociais historicamente construídos. No espaço científico, constituem pilares que sustentam distintos domínios da produção de conhecimentos e saberes, onde o campo da Ciência do Alimento volta-se para o alimento compreendido como substância tomada pelo corpo humano com fins nutricionais; o campo da Nutrição dirige-se para a produção de conhecimentos sobre nutrientes e suas interações nas células do corpo humano normal ou patológico; o campo da Alimentação trata da geração de saberes sobre a comida, como mediadora de relações sociais construídas entre seres humanos (PRADO, 2011).

Ao pensar a institucionalização da Alimentação e Nutrição como campo científico único e associado a projetos políticos, a autora entende que seu ordenamento interno mantém correspondência epistemologicamente consistente entre objetos e conceitos, conformando quatro núcleos de saberes distintos e complementares: (1) Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva, que engloba estudos populacionais sobre nutrição e sobre determinação individual e contextual do estado nutricional, estudos sobre políticas, planejamento e gestão de programas de alimentação e nutrição, sobre segurança alimentar e nutricional e sobre direito humano à alimentação, e estudos sobre cultura, economia, educação, comunicação, epistemologia, direito, sociologia, filosofia em alimentação e nutrição; (2) Nutrição Básica e Clínica, dirige-se aos estudos bioquímicos, fisiológicos e genéticos sobre nutrição em animais de laboratório e em humanos e, também, à pesquisa clínica sobre nutrição de humanos; (3) Nutrição e Alimentos, representa nessa categoria os estudos sobre composição química, qualidade sanitária e tecnologia dos alimentos; e (4) Alimentação de Coletividades, que se volta para processos de produção e consumo de comida em instituições-estabelecimentos, partindo da “culinária de base nutricional” fundamentada na “dietética”, conformando cardápios e providenciando sua execução, tendo na

cozinha industrial seu lócus de ação. Se tomarmos o componente da profissionalização, destes quatro, três principais núcleos de práticas se encontram de certa forma reconhecidos, num olhar mais afeito ao senso comum, sendo eles (1) a “Nutrição Clínica”; (2) a “Alimentação de Coletividades”; e (3) a “Nutrição em Saúde Coletiva”. (BOSI, 2011; PRADO, 2011).

Prado (2011) tenta definir mais profundamente o que é a área de estudos em Alimentação e Nutrição como mais próxima das Ciências Humanas e mais distante das Ciências Biológicas. Segundo Bosi (2011), a aproximação desse campo às Ciências Humanas e Sociais implicou reorientação significativa dos rumos do que até então vinha sendo reconhecido apenas como “Nutrição”. Esse enfoque inseriu efetivamente a “Alimentação” no campo, com repercussões ainda que tímidas em alguns casos, mas definitivas, amplas e profundas em outros (BOSI, 2011; PRADO, 2011).

Conforme apresentam as autoras, registre-se que, quando se trata de instituições governamentais, no sentido de ações de poder e de estabelecimento de diretrizes, a terminologia passa a ser outra além de Nutrição - que eventualmente sequer aparece -, incorporando a “Alimentação” nas denominações: Instituto Nacional de “Alimentação” e Nutrição; Conselho Nacional de Segurança “Alimentar” e Nutricional; Direito Humano à “Alimentação”; Estratégias de Promoção de “Alimentação” Saudável, entre outras. Ainda assim, predomina, não só no plano do senso comum como também no espaço acadêmico, a visão equivocada de que o conceito “Nutrição” abarca não somente todas essas esferas de atuação profissional como também a multidimensionalidade do **fenômeno alimentar-nutricional**, repercutindo fortemente na pesquisa e na formação de graduação e pós-graduação (BOSI, 2011; PRADO, 2011).

Podemos observar que as áreas que compõem esse campo de estudo têm origens distintas, dificultando a intersecção de bases científicas de estudo entre os profissionais dessa mesma ciência. Segundo as Diretrizes Curriculares do Curso de Nutrição (2001) os Tópicos de Estudo de Nutrição envolvem quatro grandes áreas: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Sociais, Humanas e Econômicas; Ciências da Alimentação e Nutrição; e Ciências dos Alimentos. Enquanto isso, quando olhamos a Tabela das Áreas do Conhecimento (2012) proposta pela Comissão Especial de Estudos nomeada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a área Nutrição dentro da grande área Ciências da Saúde, abriga quatro campos de pesquisa: bioquímica da nutrição; dietética; análise nutricional da

população; e desnutrição e desenvolvimento fisiológico. A definição para essa classe profissional segundo a Resolução nº 380/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) defende existirem sete áreas de atuação, sendo elas: Alimentação Coletiva, Nutrição Clínica, Saúde Coletiva, Docência, Indústria de Alimentos, Nutrição em Esportes e Marketing na área de Alimentação e Nutrição (Capes/CNPq/Finep, 2012; CFN, 2005; CNE/CES, 2001).

No contexto brasileiro, não se pode falar em consenso ao falarmos das terminologias para designação desse campo e seus núcleos, revelando, assim, profunda carência de esforços no sentido dessa reflexão, tanto enquanto ciência como quanto profissão. Sem esse exercício, permanecemos numa espécie de Babel, misturando taxonomias e englobando, sob o rótulo "Nutrição", dimensões epistemológicas diferentes, limitando o conceito de "Alimentação" a mero nome-sinônimo (BOSI, 2011).

Nesse sentido, a autora conclui que, na vida humana, alimentos, nutrientes e comida não existem separadamente; ao levar uma fruta à boca, o homem incorpora-a como alimento, não só quanto a seus nutrientes, mas também quanto aos símbolos que lhe são atribuídos. Assim, reconhecer a necessidade da aproximação entre campos científicos é fundamental, o que não se estabelece senão no jogo de interesses sempre em andamento. Desse modo, defende-se que a articulação entre Alimentação e Nutrição corresponde a projeto político promissor e necessário do ponto de vista da interdisciplinaridade que a vida exige para a compreensão dos fenômenos humanos. O referencial das ciências humanas e sociais, conforme apresenta Bosi (2011), traz ao campo da Alimentação e Nutrição questionamentos acerca dos fundamentos da "Nutrição" e de seu alcance para descrever, explicar e responder a questões como determinação social da fome e de outros fenômenos que escapam aos modelos causais e lineares, configurando, gradualmente, novos objetos e ampliando fronteiras (BOSI, 2011; PRADO, 2011).

A partir dos conceitos apresentados, podemos sugerir que tanto o campo quanto as áreas da nutrição vem de um processo histórico, ainda não bem definidos, onde são construídas e determinadas a partir de um contexto histórico-político. E como o campo é abordado na graduação em nutrição? Conforme apresenta Costa (1999), a formação profissional deve ser analisada como parte integrante da prática produtiva capitalista, inserida no contexto da estrutura socio-econômica brasileira. Com isso, podemos concluir que a pergunta: "para que formar nutricionistas?", está ligada a outra: "qual a razão social dessa formação?".

5. CAPÍTULO II. HISTÓRIA DA NUTRIÇÃO NO BRASIL

Para responder o questionamento do capítulo anterior, precisamos primeiro entender o contexto sócio-econômico-histórico-político em que se vivia. No início da década de 30, segundo Maurício (1964), Coimbra et al. (1982) e L'Abbate (1982) (*apud* VASCONCELOS, 2010), duas correntes bem definidas e distintas do saber médico confluíram-se para a constituição de um novo campo do saber - a nutrição, na época chamada pelo termo nutrologia. Por um lado, aqueles que eram partidários da corrente chamada de **perspectiva biológica**, preocupados essencialmente com aspectos clínico-fisiológicos relacionados ao consumo e à utilização biológica dos nutrientes e influenciados por concepções de escolas de nutrição e dietética norte-americanas e de centros europeus, surgidas no decorrer da primeira guerra mundial. Por outro lado e, em simultâneo, aqueles que compartilhavam das ideias da corrente chamada de **perspectiva social**, preocupados particularmente com aspectos relacionados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos pela população brasileira e influenciados, particularmente, pelas concepções da escola argentina de Pedro Escudero (VASCONCELOS, 2010).

No Brasil, a Nutrição teria emergido nas décadas 30-40 como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo estado nacional populista, contexto histórico que delimitou a implantação de bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial (VASCONCELOS, 2010). A história da formação começa em 1939 com a criação do primeiro curso para formação de nutricionistas, na época chamadas dietistas, ainda como curso de nível técnico, no Instituto de Higiene de São Paulo, atual Curso de Graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Um ano depois, em 1940, tiveram início cursos técnicos do Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), os quais deram origem, em 1943, ao Curso de Nutricionistas do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), atual Curso de Graduação em Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO. Em 1944, foi criado o Curso de Nutricionistas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, atual Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. A partir de 1948 teve início o Curso de Dietistas da Universidade do Brasil, atual Curso de Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (VASCONCELOS, 2002).

Importante lembrar que o SAPS, como instituição formadora de recursos humanos em nutrição, além de formar nutricionistas, formava também nutrólogos, especialização destinada aos médicos. Na divisão técnica e social do trabalho entre esses dois profissionais, voltados para o campo da alimentação e da nutrição, enquanto coube à nutricionista tarefas cujo conteúdo se centrava na educação alimentar e na administração de restaurantes mantidos pelo SAPS, ao médico nutrólogo coube a orientação, supervisão, pesquisa e planejamento em alimentação e nutrição, que hoje é atribuição da nutricionista (VIANA, 1995).

Conforme apontam alguns estudos, no Brasil a profissão surge tanto dentro do setor saúde, tendo como objetivo de trabalho a alimentação humana no seu plano individual ou coletivo, como no setor de administração de serviços de alimentação do trabalhador (VASCONCELOS, 2002). Ypiranga (1989 *apud* BOSI, 1995) apresenta a evolução da nutricionista no Brasil, destacando que sua origem não se prende ao setor saúde e aos determinantes comuns em outros países. A profissão surge como uma vontade governamental em um momento de busca de legitimação social do governo Vargas, e constitui-se num instrumento de alívio de tensões sociais, caracterizando-se assim seu mais forte determinante histórico. Dessa forma, se dá, por um lado, um profissional inserido no setor saúde voltado para os problemas nutricionais numa dimensão biológica individual e, por outro lado, o administrador de dietas ou “rações alimentares” dirigidas a atenuar os efeitos das más condições de vida dos trabalhadores da época (YPIRANGA & GIL, 1987 *apud* BOSI, 1995).

Na área do desenvolvimento científico-tecnológico e de organização dos profissionais do campo da Nutrição, são enfatizadas por Vasconcelos (2002): 1) a fundação da Sociedade Brasileira de Nutrição (SBN), em 1940, entidade de caráter técnico-científico e cultural que passaria a defender os interesses dos profissionais do setor, particularmente, dos médicos nutrólogos; 2) a criação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição, em maio de 1944, primeira revista científica brasileira neste campo específico do conhecimento; e 3) a fundação da Associação Brasileira de Nutricionistas (ABN), em 31 de agosto de 1949, primeira entidade brasileira criada com o intuito de representar e defender os interesses das nutricionistas/dietistas, bem como desenvolver estudos e pesquisas no campo da Nutrição. Em função disso, a partir de então, a data 31 de agosto passou a ser comemorada como o “dia da nutricionista” (VASCONCELOS, 2002).

A profissão era tida como exclusivamente feminina, conforme atestam documentos que divulgavam a profissão como “um novo campo profissional e de magníficas oportunidades aberto

às moças deste país”. As condições históricas para o surgimento da profissão apareceram, dentro do setor saúde, como divisão técnica do trabalho no setor, que até então centrava no médico a responsabilidade da atenção ao paciente. Essa divisão técnica, entretanto, constituía também uma divisão social do trabalho em saúde, evidenciada pelo modo como se articulava nesse período a prática da nutricionista no contexto da estrutura social latino-americana, caracterizada pela subordinação frente aos profissionais da medicina (COSTA, 1999).

Inicialmente, para a admissão ao curso, era exigido que as candidatas tivessem curso ginásial. Seguindo seu processo de evolução, verifica-se que esse mesmo curso se alongaria para dois anos, a fim de formar dietistas e, posteriormente, para três anos, a fim de dar o preparo necessário às profissionais, agora denominadas **nutricionistas**. Nesse processo, os critérios para admissão ao curso de nutricionista do SAPS se tornam gradativamente mais rigorosos quanto à escolaridade, passando a ser exigido das candidatas que tivessem concluído o curso clássico ou equivalente, ou seja, as mesmas exigências de entrada estabelecidas por qualquer instituição de ensino superior do país. Entretanto, permanece a condição explícita de a candidata pertencer ao sexo feminino (VIANA, 1995).

Ao passo que a nutrição foi se tornando curso superior, foram ampliando as atribuições da nutricionista. Em sua fase inicial, a profissional era formada dentro de um curso técnico de nível médio, a exemplo da formação e denominação verificadas nos países da Europa e América do Norte. Aos poucos os cursos brasileiros foram sofrendo alterações, aproximando-se das características do curso do Instituto Nacional de Nutrição da Argentina, “formando um profissional de nível universitário, com conhecimentos específicos de Nutrição, com funções e responsabilidades próprias de atenção dietética ao indivíduo sadio ou enfermo, de forma individual ou coletiva” (ICAZA, 1991 *apud* VASCONCELOS, 2002). Neste sentido, no Brasil, o termo dietista passou a nomear um técnico de nível médio ou Auxiliar de Nutrição (YPIRANGA & GIL, 1989 *apud* VASCONCELOS, 2002), optando-se pela denominação de nutricionista. Tal decisão foi oficializada internacionalmente em 1966 na I Conferência sobre Adestramento de Nutricionistas-Dietistas de Saúde Pública, realizada em Caracas, na Venezuela, conforme publicação da Associação Brasileira de Nutricionistas (ABN) (YPIRANGA & GIL, 1989 *apud* VASCONCELOS, 2002). Entretanto, na revisão bibliográfica feita por Vasconcelos (2002), observou-se a utilização do termo “nutricionista” desde 1939, no decreto de criação do curso do Instituto de Higiene de São Paulo, dando margem à confusão nas atribuições da profissão.

Por outro lado, a profissão também teve raízes na fase em que o modelo capitalista de produção se vinculava à política populista da década de quarenta, quando despontava no país uma política social extremamente marcada pelo assistencialismo. A política de nutrição do estado novo visava, acima de tudo, transformar a alimentação em um instrumento eficaz de manipulação das classes operárias (COSTA, 1999). Para compreender mais independentemente as áreas enfatizadas na formação em Nutrição, sendo elas, de acordo com o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), a Nutrição Clínica, Nutrição Social e Nutrição em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), elas são, a seguir, abordadas individualmente.

5.1. NUTRIÇÃO CLÍNICA

Enquanto falávamos em duas correntes na origem da nutrologia, da corrente da perspectiva biológica, tem origem a Nutrição Clínica. Em São Paulo, em 1932, sob influência da escola norte-americana e de centros europeus, iniciavam pesquisas na área de fisiopatologia e nutrição experimental. Nesse mesmo período, baseado também em modelos europeus, iniciou-se na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro o desenvolvimento de atividades de nutrição e gastroenterologia. Os médicos nutrólogos constituíram o núcleo inicial da perspectiva biológica da nutrição, com uma atuação voltada para o individual, a clínica, o laboratório, a fisiologia, a dietoterapia, a nutrição experimental, que reflete na profissão até os dias atuais. Essa vertente, a partir de 1940, deu origem à Nutrição Clínica (dietoterapia), considerada uma especialização-matriz do campo da nutrição dentro do contexto mundial, voltada ao desenvolvimento de ações de caráter individual, centradas no alimento como agente de tratamento (YPIRANGA & GIL, 1989: 27 *apud* VASCONCELOS, 2010), bem como à nutrição básica e experimental, outra especialização do campo da nutrição, voltada ao desenvolvimento de pesquisas básicas de caráter experimental e laboratorial (VASCONCELOS, 2010).

Na década de 1950 começava o desenvolvimento tecnológico e científico na área, quando as escolas de nutrição produziam dietistas cujo trabalho era restrito à administração de serviços de alimentação e dietoterapia hospitalar. Nesse cenário, a nutricionista clínica emerge no Brasil a partir de uma perspectiva biologicista estabelecida por interesses estatais e mercantis burgueses e na condição de subordinada aos médicos nutrólogos, concernente ao modelo hospitalocêntrico predominante ao longo desses anos (DEMÉTRIO, 2011).

Essa gênese está, então, fortemente ligada a figura do médico, enquanto a nutricionista da época era tida como auxiliar dos médicos nutrólogos. Conforme apresenta Vasconcelos (2002), Costa (1953), idealizador dos cursos desenvolvidos pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) para nutrólogos, nutricionistas e demais profissionais desta área, concebia os médicos nutrólogos como “especialistas na moderna Nutrologia”, enquanto “as nutricionistas” seriam as “auxiliares diretas daqueles médicos”. Maurício (1964), por sua vez, representante da segunda geração de médicos nutrólogos brasileiros, argumentava que “cabe(ria) ao nutrólogo a orientação clínica e dietoterápica em relação ao enfermo, cabendo-lhe outrossim a parte médica e fisiológica da profissão em face de sua formação especializada”. Ao mesmo tempo, afirmava que “o papel da nutricionista, é (era) sobretudo relevante quer como executante da prescrição médica, quer exercendo funções de auxiliar ou chefia de serviços dietéticos” (VASCONCELOS, 2002).

Embasado em consulta na literatura, Demétrio (2011) aponta que a prática clínica nutricional biomédica, desenvolvida em contexto com modo de produção capitalista, tem se estabelecido numa relação vertical entre nutricionista-paciente, o que caracteriza a despersonalização do cuidado nutricional, baixa densidade de comunicação, humanização assistencialista e foco na doença e não no doente. A construção do modelo biomédico, adotada nas escolas de medicina, influenciou todo o delineamento das disciplinas aprendidas no campo das ciências da saúde, o que inclui a nutrição. Isto demonstra parte da dificuldade encontrada até os dias atuais na implementação de uma abordagem mais humanizada na prática clínica.

Atualmente, Demétrio (2011) cita a necessidade de rompimento com paradigmas na perspectiva da construção de outras racionalidades no que diz respeito às experiências comunicacionais entre profissionais de saúde e paciente, favorecendo entre eles harmonia com os valores subjetivos do indivíduo, sua autonomia e vivências socioculturais, assim como com os princípios que norteiam as práticas em saúde, sobretudo, no âmbito do SUS. Essa proposta inspira uma nova identidade profissional, responsável pela efetiva promoção da saúde ao considerar o paciente em sua integridade física, psíquica e sociocultural, e não somente de um ponto de vista biológico. O desenvolvimento dessa sensibilidade e sua aplicação na prática clínica constituem importante desafio para a nutrição clínica do século XXI (DEMÉTRIO, 2011).

5.2. NUTRIÇÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ALIMENTAÇÃO COLETIVA

A partir da década de 40, a perspectiva social da nutrição originou a Alimentação Institucional, também considerada como uma especialização-matriz do campo da nutrição, voltada à administração, no sentido de racionalização, da alimentação de coletividades sadias e enfermas (VASCONCELOS, 2010). Ao longo do processo de constituição da profissão de nutricionista no Brasil, ocorre a designação de dietistas como categoria que emerge no espaço institucional dos restaurantes mantidos pelo SAPS, cujas funções restringem-se à educação alimentar e à administração desses restaurantes (VIANA, 1995).

A nutricionista manteve-se nas funções de educar - de modo a formar na população uma “consciência alimentar” - e administrar seus restaurantes, até 1967, quando o SAPS foi extinto no contexto de autoritarismo do primeiro governo pós-revolução de 1964. Isto representou para a nutricionista não só a perda de significativa fatia de seu mercado, mas também hiato na prática voltada a área de trabalho que só foi retomada em 1977, ano do início efetivo do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (VIANA, 1995).

Observa-se que apesar do esforço em aprimorar-se para se fazer reconhecer como profissional qualificado em nutrição e membro integrante da equipe de saúde, a consolidação da profissão só veio a acontecer com a implementação do PAT. Desse modo, o programa passou a representar para a categoria, não só um marco para o seu reconhecimento e consolidação como campo de trabalho, mas também a criação do maior segmento de mercado para a nutricionista: a Administração dos Serviços de Alimentação, ou Alimentação Institucional, designação que a partir de 1976 passou a ser adotada por algumas Escolas de Nutrição. Com base nos propósitos do PAT, a alimentação se tornou uma das vias de articulação entre saúde e produtividade, fundada na concepção de a proteção e recuperação da saúde ter como objetivo não só o bem-estar do trabalhador mas também o desenvolvimento sócio-econômico do país (VIANA, 1995).

Atualmente a nutricionista é responsável pelo gerenciamento da unidade de alimentação e nutrição (UAN), sendo uma profissional com formação especializada para desempenhar as atividades desse setor, que incluem a alimentação e a saúde das pessoas. Nesse sentido, conforme apresenta Reggioli (1997, p.47 *apud* VEIROS, 2002), a nutricionista pode contribuir para que o trabalhador tenha assistência nutricional na empresa e fora dela, incluindo na prevenção de doenças e recuperação da saúde. Uma boa intervenção alimentar pode representar um importante

reflexo na saúde dos clientes de uma UAN. Considerando que, para diversos funcionários, a alimentação recebida na empresa representa a principal refeição do dia, essa refeição pode ser a base para uma alimentação saudável. Além de bem nutrir, essa refeição também servirá de exemplo para a criação de hábitos alimentares adequados nos comensais (VEIROS, 2002).

Em sua dissertação, Veiros (2002) apresenta diversos estudos a respeito do estado nutricional de clientes e funcionários de UAN em Santa Catarina. Frente a uma alta prevalência de sobrepeso, a autora apresenta estes dados como preocupantes em relação às condições de saúde dos comensais. Esta situação, segundo a autora, pode ser trabalhada pela nutricionista, que pode intervir com a alimentação oferecida e com estratégias de educação alimentar, em busca da melhoria do nível de saúde dos comensais (VEIROS, 2002).

Por outro lado, em uma UAN, onde a organização do trabalho tem sido historicamente modelada pelo Estado (mediante diretrizes dos programas de alimentação), as atribuições da nutricionista são tantas que a educação nutricional pode ficar fora de foco ou ser menos valorizada. Dentre um grupo de profissionais nutricionistas trabalhadoras de um Polo Petroquímico, Viana (1995) sinaliza, no contexto das suas atividades, um conflito quanto à identidade profissional, onde algumas nutricionistas não se identificam como profissionais da saúde - apesar de estas serem minoria, tal fato merece destaque, já que ser profissional da saúde não é uma opção, refere-se a atributo adquirido por meio da formação. O conflito de identidade parece apresentar-se como resposta ao excesso de atividades administrativas e à natureza de suas ações, cujos conteúdos são considerados insuficientes por essas profissionais para justificar a identidade de profissional da saúde (VIANA, 1995).

Independente da leitura que se possa fazer desse não-reconhecimento, o que parece claro para a autora é que neste grupo as questões que são levantadas para negar sua identidade não existiriam se houvesse autonomia para organizar a prática de trabalho. Se houvesse essa liberdade, na hierarquia do modelo ideal de prática aparece a educação nutricional em primeiro lugar, sugerindo que na percepção do grupo estudado essa seria a principal via para reconhecer-se e se fazer reconhecer como profissional da saúde (VIANA, 1995).

Ao pensar a negação sob o prisma da resistência, Viana (1995) apresenta que o não reconhecer-se como profissional da saúde pode traduzir o inconformismo do grupo diante da experiência contraditória de ser e não ser. Em sua análise, a autora coloca a autonomia no horizonte das perspectivas do grupo, no sentido de, por meio dela, poder reorganizar sua prática e

redistribuir tarefas, de modo a poder reconhecer-se e ser reconhecido como o que acredita e deseja ter como identidade profissional. Desse mesmo modo, trata-se de uma luta onde o que está em jogo é, além do reconhecimento de uma identidade, a possibilidade de, com base na percepção dos sujeitos, transformar esquemas de pensamento e de ação.

5.3. NUTRIÇÃO SOCIAL - NA SAÚDE COLETIVA

A emergência do campo da Nutrição Social, por fim, ocorreu na Saúde Pública, em um contexto internacional no interior de agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como *United Nations International Children Emergency Found* (Unicef), a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). No Brasil, o processo de institucionalização do campo da Nutrição em Saúde Pública tem sido associada à fundação do curso de nutricionistas do então Instituto de Fisiologia e Nutrição da Faculdade de Medicina de Recife em 1957, atual curso de graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da UFPE (VASCONCELOS, 2010). Em Pernambuco, antes mesmo da fundação do curso de graduação em Nutrição, destaca-se a produção de importantes pesquisadores-pensadores com viés da saúde pública. Por exemplo, em 1932, Josué de Castro realizava a pesquisa: “As Condições de Vida das Classes Operárias no Recife”, considerado o inquérito dietético-nutricional do Brasil, com base na epidemiologia. Além dele, em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre, publicou *Casa-Grande & Senzala*, até então, o primeiro e mais completo ensaio sociológico sobre o padrão e os hábitos alimentares da sociedade brasileira. Anos depois, em 1946, o mesmo Josué de Castro publicou um das mais importantes obras da nutrição: “Geografia da Fome”, onde denunciava a existência na fome no Nordeste.

Ainda podemos atribuir o início da Nutrição Social à criação, também em 1932, da primeira cátedra especializada em nutrição da então Faculdade de Medicina da Universidade do Distrito Federal. Ali se constituiu o núcleo inicial da perspectiva social da nutrição, com uma atuação voltada para o coletivo, a população, a sociedade, a economia, a disponibilidade de alimentos, a educação nutricional, a epidemiologia da nutrição. Essa vertente, a partir da década de 40, deu origem à nutrição em saúde pública, especialização do campo da nutrição, voltada ao desenvolvimento de ações de caráter coletivo, no sentido de contribuir para garantir que a produção e distribuição de alimentos sejam adequadas e acessíveis a todos os indivíduos da

sociedade, bem como originou a Alimentação Institucional, já explanada (YPIRANGA & GIL, 1989: 27 *apud* VASCONCELOS, 2010).

Alguns programas e políticas públicas foram centrais na legitimação social e institucional dessa área da nutrição, bem como da própria profissão, uma vez que impulsionaram o aumento no número de vagas e cursos de Nutrição em todo Brasil. Dentre esse programas, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que deixou clara a relação entre o campo da Alimentação Institucional e a Saúde Pública, e os subsequentes planos e programas em alimentação e nutrição que inseriram-se na proposta mais geral da política social do governo: o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, de 1972 a 1974, irá nortear a constituição do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) e o II PND, de 1975 a 1979, que norteou as propostas do II PRONAN (VIANA, 1995).

Dessa forma, percebe-se que a epidemiologia ofereceu os fundamentos de vinculação entre a Alimentação e Nutrição e a Saúde Coletiva, no Brasil, quando trouxe à tona os sofrimentos e a degradação humana impostos pela fome e pelas doenças carenciais, associadas a doenças transmissíveis em um contexto de forte iniquidade social, que contradizia o “milagre brasileiro”, como vemos nos trabalhos de Josué de Castro.

Nessa sentido, aqui cabe ressaltar que a Nutrição Social ou Nutrição em Saúde Pública nasce no berço, e sob mesmo paradigma da Medicina Social. A medicina social nasce como uma estratégia política para controle do corpo, principalmente da classe operária. Na mesma época em que o capitalismo se consolidava, no final do século XVIII e início do XIX, ficava definido pela medicina social o corpo como biológico, força de Estado, produção e trabalho. Além disso, a medicina social é compreendida como uma alternativa à especialização e tecnificação da medicina, fenômeno ocorrido no século XX. Por volta de 1850, na Inglaterra e na Alemanha, já se percebiam as relações entre saúde e doença e condições socioeconômicas como foco de estudos científicos. Estes estudos serviram de base científica e ideológica para o surgimento de diversas leis, dentre elas a Lei de Saúde Pública na Alemanha e a Lei dos Pobres na Inglaterra (DEMÉTRIO, 2011).

No Brasil, na década de 70, junto com processo de redemocratização, nasce um movimento de luta por um por um acesso a saúde universal que culmina com a criação no Sistema Único de Saúde, a chamada reforma sanitária. Instala-se o discurso da Atenção Primária a nível internacional e a nível nacional se consolida uma tomada de posição frente ao problema

sanitário. Além da instalação de cursos de pós-graduação, formam-se duas organizações, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), que, no final dos anos 70, irão se estabelecer como espaços de resistência e análise crítica da situação de saúde e das políticas sanitárias. Concretizava-se, também nessa época, a regulamentação da Residência em Medicina Preventiva e Social, como uma das áreas básicas do programa de residência médica. O desdobramento desses programas cria duas alternativas aos programas: o modelo da Medicina de Família denominado de Medicina Geral e Comunitária, e o modelo da Saúde Coletiva, constituindo momentos importantes desse movimento. Como observado por Nunes (1994), a divisão cronológica desses fatos é feita a partir de um conjunto de eventos que marcam uma mudança de perspectiva em relação ao social e coletivo, e, mesmo sendo abordagens diferentes que não devem ser confundidas, é possível encontrar em períodos mais atuais aspectos das etapas anteriores. (NUNES, 1994).

A partir da década de 80, vai se constituindo nesse contexto o campo da saúde coletiva, que se funda na interface das Ciências Naturais e das Ciências Humanas e Sociais (BOSI, 2011). A saúde coletiva, constituída nos limites do biológico e do social, tem como tarefa investigar, compreender e interpretar os determinantes da produção social das doenças e da organização social dos serviços de saúde (NUNES, 1994). Ou, como apontam outros autores (BIRMAN, 1991 *apud* NUNES, 1994), a saúde coletiva reestrutura as coordenadas do campo ao introduzir as ciências humanas no campo da saúde, trazendo para o seu interior as dimensões simbólica, ética e política, o que pode, e assim esperamos, revitalizar o discurso biológico.

O referencial já utilizado na saúde coletiva, trouxe ao campo da alimentação e nutrição questionamentos acerca dos fundamentos da “Nutrição” e de seu alcance para descrever, explicar e responder a questões como determinação social da fome e de outros fenômenos que escapam aos modelos causais e lineares, configurando, gradualmente, novos objetos e ampliando fronteiras. Hoje se espera uma compreensão mais ampla do que é a área social da nutrição. Enquanto a nutrição social nasce da medicina social com um caráter populacional, biologicista e preventivista, a nutrição em saúde coletiva finalmente se aproxima das ciências humanas (BOSI, 2011).

Para finalizar o capítulo, é importante nos apropriarmos do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tão presente hoje nas discussões sobre a alimentação. Segundo divulgado em site do CFN, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei

nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) entende por SAN “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, o Governo Federal assumiu desde 2003 um compromisso, onde foi construída a agenda da SAN enquanto uma política de Estado. O que definiu os marcos legais e institucionais dessa agenda foram a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); a instalação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015). O SISAN foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Desde a sua criação, avanços legais e institucionais tem ido em direção à construção de um estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito federal, estadual e municipal (CFN, 2015).

Essa temática aparece na formação da nutricionista, sendo esperado seu domínio no perfil de egressas dos cursos de graduação. Porém sua abordagem ocorre de forma transversal e, em função disso, pode resultar em uma formação superficial acerca da SAN, distanciando a nutricionista das relações políticas e econômicas do país. Trata-se de uma proposta recente de organização da alimentação da sociedade, que vai contra a lógica capitalista vivida nos dias de hoje, onde a nutricionista ainda busca formas para se inserir e se reconhecer nesse espaço, procurando apoio fora do seu núcleo profissional.

6. CAPÍTULO III. ENTRE O BIOLÓGICO E O SOCIAL

Uma constatação sempre presente nos eventos e estudos sobre a formação da nutricionista é a existência de um hiato entre os polos biológico e social nos currículos e por consequência, muitas vezes, no exercício profissional. Isso foi percebido quando as instituições formadoras e as associações de classe analisaram a formação e detectaram as discrepâncias entre o perfil de

egressas e as transformações ocorridas na sociedade, mostrando a necessidade do compromisso profissional com a transformação dessa sociedade (COSTA, 1999).

A evolução do capitalismo no país influenciou o mercado de trabalho da nutricionista, acarretando modificações na formação acadêmica. Na década de 80, as modificações apareceram em nível teórico nas discussões nacionais sobre a formação da nutricionista, e visavam formar uma profissional que atuasse na transformação da sociedade. Interessante lembrar que na mesma época se discutia a abordagem da saúde coletiva, mostrando que havia uma preocupação geral da abordagem do campo da saúde como um todo. Por outro lado, a evolução do sistema capitalista acarretou modificações na praticidade dos currículos, que procuraram concretamente ajustá-los às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, mostrando essa como uma contradição vivenciada pela formação em nutrição no Brasil (COSTA, 1999). Foi verificado, assim, que o currículo dos cursos de nutrição tem, na verdade, contribuído para a manutenção das relações sociais vigentes, sendo esta a percepção da atuação da nutricionista no processo de constituição da sociedade capitalista brasileira (BOSI, 1988; SANTOS, 1988; BARRETO, 1992 *apud* COSTA, 1999).

Costa (1999) apresenta como uma característica dos currículos a discussão acerca do enfoque dado ao ensino de nutrição, na qual surge a já comentada polarização entre o biológico e o social, que pode ser vista como a discussão acerca da formação técnica e política da nutricionista (COSTA, 1999). Para pensar a formação profissional da nutricionista atualmente, podemos retomar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Nutrição (2001). Segundo as diretrizes, dentre os Tópicos de estudo de Nutrição, estão: Ciências Biológicas e da Saúde – onde incluem-se os conteúdos de morfologia, fisiologia, farmacologia, patologia e biologia celular e molecular, parasitologia, embriologia, genética, bioquímica, imunologia, microbiologia, psicologia, bioestatística, epidemiologia e saúde coletiva; Ciências Sociais, Humanas e Econômicas – onde incluem-se os conteúdos de antropologia, filosofia, sociologia, ética, metodologia da pesquisa, comunicação, marketing e economia; Ciências da Alimentação e Nutrição - onde incluem-se os conteúdos de nutrição humana e dietética; gestão de unidades da alimentação e nutrição; técnica dietética; patologia de interesse da nutrição; dietoterapia; avaliação nutricional; vigilância nutricional, nutrição experimental; educação alimentar e nutrição em saúde coletiva; Ciências dos Alimentos - onde incluem-se os conteúdos de bromatologia; tecnologia dos alimentos; microbiologia dos alimentos; higiene, vigilância

sanitária e controle de qualidade dos alimentos. Pela interpretação da Lei 8.234, de 17 de setembro de 1991, que regulamenta a profissão de nutricionista, tem-se a ideia de uma profissão distante das relações humanas e muito próxima de reações bioquímicas (BRASIL, 1991; CNE/CES, 2001).

A implementação das DCN pode ser vista no estudo de Canesqui e Garcia (2005) que apresentam as distribuições de carga horária de 12 cursos de nutrição de universidades brasileiras. A partir da análise dos currículos, as autoras puderam concluir que na formação básica do nutricionista pesam as disciplinas das áreas biológicas e da saúde - bioquímica, fisiologia, epidemiologia, saúde pública e outras -, que somam em média 26,57% da carga horária total, enquanto as ciências humanas e sociais - sociologia, antropologia, filosofia, economia, entre outras - respondem em média por apenas 8,58%. As disciplinas profissionalizantes - dietoterapia do adulto e infantil, técnica dietética, nutrição em saúde pública, educação nutricional e outras - pesam 59,68% do total curricular, marcando um perfil mais centralizado na formação técnica, em que a saúde pública participa com 11,32% da carga horária curricular, restando portanto os 5,66% para as áreas de exatas e outras. Embora essa análise quantitativa não seja suficiente para qualificar o perfil da formação profissional da nutricionista, ela aponta em termos disciplinares as tendências que a demarcam, onde observamos que nos cursos de nutrição é oferecida menor carga horária para as ciências humanas, demonstrando sua formação mais técnica e menos política (CANESQUI & GARCIA, 2005).

Segundo as autoras, um dos desafios que se apresentam é a articulação do corpo de conhecimentos que caracteriza as habilidades da nutricionista com as abordagens da alimentação e suas dimensões socioculturais, econômicas e políticas, que podem contribuir positivamente tanto nas intervenções quanto na análise da alimentação e da nutrição como resultantes daquelas dimensões, que certamente se completam com sua expressão biológica. Outro desafio é viabilizar uma proposta curricular que inclua e contamine o estudante com problemas que transponham barreiras disciplinares, superando a dicotomia das áreas biológicas e humanas, colocando-as em diálogo. Isso vai ao encontro de uma proposta interdisciplinar na pesquisa e no ensino, particularmente com a ampliação e o aperfeiçoamento das metodologias de ensino (CANESQUI & GARCIA, 2005).

Para Bosi (1988 *apud* DEMÉTRIO, 2011) essa desproporção entre as áreas contribui para uma insuficiente compreensão do social na formação do nutricionista, originando profissionais

com olhar fragmentado no cuidado nutricional. Ao considerar as múltiplas funções da dieta no corpo humano, é possível reduzi-la a uma prescrição tal como ocorre na medicina especializada, que foca a doença e não o paciente? Em suma, essa problemática ilustra que o elo entre o corpo (do sujeito) e a dieta é mais amplo e precisa ser aprofundado (DEMÉTRIO, 2011).

Costa (1999) traça uma retrospectiva histórica e percorre estudos e eventos que discutem a formação da nutricionista com o objetivo de repensá-los em função dos momentos em que ocorreram e dos interesses a que se vincularam. Os maiores avanços efetuados nas discussões ocorridas no Brasil aconteceram na década de 80, quando ficou esboçada a discussão acerca da inserção profissional no contexto mais abrangente dos profissionais da área da saúde e do compromisso a ser assumido com a maioria da população brasileira. Porém esses momentos representaram uma etapa não concluída do processo de integração do biológico e do social no currículo de formação. As nutricionistas seguiram o aprofundamento teórico imprescindível às discussões que poderiam levar a um salto qualitativo na formação, entretanto, tal intenção não se concretizou. Historicamente as profissionais poderiam ter buscado uma compreensão mais ampla da realidade, levando a autora a concluir que não seria possível solucionar problemas de competência das ações multisetoriais dependentes do encaminhamento e da vontade política através apenas do trabalho proposto. Jogou-se para o nível individual, aquilo que é histórico, fruto de relações concretas da produção capitalista, entre capital e trabalho e, assim, de antemão, a batalha estava perdida. Embora reconhecendo ideias positivas nesses momentos, é difícil ver neles, algo além do mérito de estimular o consenso em torno de certos ideais (COSTA, 1999).

Como apresentado, as diferentes vertentes da nutrição surgiram em momentos diferentes, logo em contextos diferentes. São notáveis os avanços conquistados pela categoria ao longo de oito décadas de mobilização, organização e luta em busca de legitimidade, autonomia e identidade profissional. No entanto, observa-se ainda que os cursos de nutrição estão compreendidos na lógica fragmentada dos saberes em saúde, dentro do modelo biomédico, dando pouca ou nenhuma importância às dimensões humana e social dos sujeitos na trajetória em sua formação acadêmico-profissional (DEMÉTRIO, 2011). Com essa noção, podemos considerar a ainda existente fragmentação no ensino em nutrição como também relacionada às DCN. Nesta resolução vemos a obrigatoriedade de estágios curriculares em apenas três áreas da Nutrição - Nutrição Clínica, Nutrição Social e Nutrição em Unidades de Alimentação e Nutrição. Isto demonstra o quanto estas são consideradas as áreas mais consolidadas do conhecimento no

campo de estudo, mesmo enquanto o CFN reconhece sete possibilidades de atuação, reafirmando o trabalho também fragmentado.

É necessário relacionar os fatos, por exemplo, o nível inadequado de saúde e nutrição da população, além de outros determinantes da qualidade de vida. Importa, portanto, buscar os nexos existentes entre a formação do nutricionista e a formação superior na área da saúde, os vínculos existentes entre o conhecimento em nutrição e o conhecimento em ciências sociais, pois, neles estão presentes a luta entre o conhecimento biológico e o social, o embate entre o técnico e o político, vivenciados não apenas pela formação em nutrição, mas por todos os cursos da área da saúde (COSTA, 1999).

Em 1999, Costa dizia que esse processo vai além de substituir um currículo por outro, trata-se de elaborar, discursivamente, a base de uma argumentação racional e fundamentada, as novas categorias do pensamento e as novas diretrizes que orientarão a formação em Nutrição, pois, afinal de contas, é o currículo que ensina à nutricionista quem ela é, e, nesse sentido, ele é um recorte intencional. Mas, como a autora também afirmava, a formação profissional significa esforços e custos de toda natureza. A atual DCN, de 2001, prevê formar nutricionistas com formação generalista, humanista e crítica, que, respeitando a segurança alimentar e a atenção dietética, tenham como capacidade atuar em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, que visem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, pautando-se em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural. Contudo, o discurso da autora segue atual, pois ainda é necessário que a profissão tenha um significado teórico e prático para a profissional e principalmente para os que usufruem da sua prática. Através das escolhas, o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária pode desenvolver-se e consolidar-se (COSTA, 1999).

Nos dias atuais, momento em que se experimentam os desfechos da transição nutricional, o mundo da ciência tem um de seus focos na Nutrição, onde os investimentos científicos estão voltados ao prolongamento do tempo de vida e ao controle das doenças. Esse processo se caracteriza pela transição de um modelo em que predominavam inicialmente a Bioquímica e a Fisiologia para outro dominado pela chamada “Epidemiologia dos fatores de risco”, onde são reproduzidos alguns padrões da investigação biomédica, em geral, marcada pela centralidade da

doença. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se observa a disponibilização de informações nutricionais à população, em escala ou alcance sem precedentes, as doenças consideradas passíveis de prevenção e tratamento por meio de dietas seguem crescendo em ritmo cada vez mais alarmante. Este cenário reforça olhares que questionam a abordagem prescritiva no âmbito da nutrição, investindo em debates e ações, muitas vezes interligado ao campo da Saúde Coletiva, em especial, no seu embasamento nas Ciências Humanas e Sociais. Essa área de estudo prioriza reflexões sobre a vida em sociedade e seus dilemas mais amplos e profundos, onde os pesquisadores tratam de investir na reflexão teórica acerca do vivenciado, apontando novos caminhos pelo mundo da geração de saberes, buscando chão no solo sócio-antropológico, histórico, filosófico, político, psíquico, tratando de temas como corpo, consumo, subjetividades, práticas alimentares, campo científico e destinos planetários (PRADO, 2011).

As tensões entre os paradigmas biológico e social são, por um lado, um importante desafio a ser enfrentado e, por outro, um caminho promissor para a aproximação entre distintos campos da ciência, tanto os de cunho mais prático como os dirigidos à reflexão conceitual (VASCONCELOS, 2002).

Por fim, retornando a questão da formação, as consequências dos questionamentos que Universidade e sociedade têm feito sobre o modelo biologicista de formação na Nutrição, tem repercutido entre os estudantes. Em carta aberta publicada pelo CFN, a Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição (ENEN) questiona o tipo de profissional nutricionista que se forma hoje, demonstrando maior preocupação social por parte das futuras profissionais (ENEN, 2015). Para Fourez (1995), se a sociedade dá aos universitários certo poder, considera-se que devem ser capazes de examinar com certo rigor questões que não sejam concernentes à sua técnica específica. Isso nos remete ao fato de que a universidade forma, não só técnicos, mas seres humanos que cumprirão um certo número de funções sociais, as quais os levarão a assumir responsabilidades. O autor questiona em que medida a ciência pode contribuir para a felicidade dos seres humanos e ajudá-los a resolver intelectual e praticamente seus problemas de vida, e mais, em que medida a ciência pode ajudar a resolver certos problemas éticos e/ou sociopolíticos particulares.

Ao que tudo indica, as áreas da nutrição estão a caminho de constituírem uma profissão com um objeto em comum - além de suas atribuições distintas, como se fosse apenas técnico.

Esse objeto, como apresentado anteriormente, é definido pelo campo, ou seja, a nutrição tem ainda que esclarecer seu objeto enquanto organiza seu campo de estudo.

7. CAPÍTULO IV. AUTONOMIA E GÊNERO, SERÁ QUE TEM A VER?

Apesar de sermos uma profissão majoritariamente de mulheres - e que foi feita para mulheres -, não se fala muito sobre tal fato. Trata-se de um diálogo que não é recente na área da Nutrição, mas é pouco explorado. Em revisão bibliográfica do período de 1988 a 2002, Andrade e Lima (2003) tiveram como objetivo analisar em que medida a questão do gênero tem se constituído em objeto de pesquisa, e observaram que o gênero tem perpassado argumentações apenas como constatação da hegemonia feminina na profissão e das dificuldades enfrentadas pela mulher no mundo do trabalho, não se constituindo, portanto, em categoria privilegiada de análise (ANDRADE & LIMA, 2003).

Conforme trazem as autoras:

O conceito de gênero, sob diversas tendências teóricas, apontam para duas dimensões explicativas: a primeira, incorpora o processo da construção social, pela constituição de representações que se institucionalizam e se perpetuam através das gerações, diferenciando-se do sexo, enquanto componente biológico que não comporta a explicação sobre o comportamento diferenciado entre o masculino e o feminino na sociedade. A segunda, atrela à análise o exercício do poder, que coloca a mulher em condição de subalternidade na organização da vida social (MACHADO, 1992 *apud* ANDRADE & LIMA, 2003).

Segundo apresenta Matos (2015), o conceito de gênero remete às formas que as relações e interações sociais foram construídas, a partir de diferentes polos hierarquizados de poder, onde temos os homens como dominantes e as mulheres como subalternizadas, entre outras formas de assimetria. Ainda segundo a autora, os gêneros se expressam construídos de modo diferenciado, assimétrico e desigual, onde fazem parte desta construção as dimensões, sentidos, símbolos, significados sociais e políticos que estão associados aos sexos, seja o feminino ou o masculino. Ou seja, a maneira como mulheres e homens se comportam diante de diferentes contextos sociais passou a ser compreendida como fruto de um processo de aprendizagem sociocultural de gênero, que, por sua vez, ensina a homens e mulheres como devem agir, conforme as prescrições já estabelecidas para cada sexo (MATOS, 2015).

Os comportamentos rotineiros das pessoas são estabelecidos a partir de diversos fatores, dentre eles o gênero, e resultam desses processos de socialização. Isso significa que cada pessoa é preparada para os diferentes papéis que exercerá nos âmbitos específicos de interações que compõem a vida social organizada, incluindo a transmissão de valores de convivência. Conforme forem as concepções éticas e normativas dos encarregados da socialização, sejam estas pessoas familiares, educadores profissionais ou supervisores de trabalho, podemos encontrar uma motivação individual para a autonomia sendo estimulada ou reprimida. Em seu sentido mais geral, a autonomia expressa a capacidade de tomar decisões de modo independente tendo um objetivo previamente estabelecido, através do cálculo racional de custos e benefícios associados a diferentes opções de ação identificadas pelo indivíduo ou por um coletivo organizado (por exemplo, uma classe profissional). Nessa concepção, a autonomia é vista como uma característica do comportamento humano demonstrado em momentos definidos tanto na vida de cada pessoa quanto na dinâmica de estruturas organizadas da vida coletiva (SILVA, 2015).

Tendo os conceitos de gênero e autonomia brevemente elucidados, podemos entender o que isso tem a ver com a formação em Nutrição. Tal como ocorre com a Enfermagem e o Serviço Social, dentre outras ocupações, historicamente a associação da Nutrição com o gênero feminino tem implicado um menor prestígio para quem a exerce, o que, em parte, se explica pelo fato de essas ocupações desempenharem, no mundo público, atividades equivalentes às que as mulheres desempenham no espaço privado (LIMA, 1993 *apud* BOSI, 1995). Bosi (1995) acrescenta ainda o próprio processo de incorporação da mulher ao trabalho produtivo, onde a inserção da mulher ocorreu tardiamente e em posição bastante inferior à ocupada pelo homem. Segundo traz a autora, tal situação vem perpetuando-se, e a mulher continua marginalizada no mercado de trabalho, tanto em remuneração como também na esfera simbólica de influência e prestígio. Esses elementos são atributos apontados como constitutivos da profissionalização, tornando bastante clara a desvantagem em que se encontram carreiras majoritária ou exclusivamente compostas por mulheres.

Apesar da conquista do direito à educação e profissionalização, essa se deu de forma restrita e dirigida a algumas profissões, revelando mais um mecanismo de opressão e exploração. Assim, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Com os homens apropriados do controle educacional, estes passaram a ditar as regras e normatizações da instrução feminina, limitando seu ingresso em profissões por eles determinadas (ANDRADE &

LIMA, 2003). E é nessa lógica que nasce a profissão nutricionista, dos homens brancos para (su)as mulheres. Mesmo nos dias atuais, os sujeitos que se encontram em posição de extrema vantagem social e política são masculinos, brancos, de classes altas e médias e heterossexuais (MATOS, 2015).

Ao mesmo tempo, sem exigir ou considerar a especialização da nutricionista, esta é absorvida pelos segmentos profissionais para realizar tarefas vistas como extremamente simples, isto é, tarefas que, estando a nutricionista supostamente habituada a realizar, como mulher, na esfera do privado, na esfera do público basta desenvolvê-las com bom senso, como se fossem o prolongamento das atividades domésticas. A nutricionista, em distintos segmentos de mercado, depara-se com uma visão estereotipada da profissão que associa sua qualificação aos “dons naturais” da mulher e que se confunde com os do próprio gênero feminino, visto como “dócil, empático, paciente e artístico”. Com isso, como representação de sua habilidade, é atribuído à nutricionista a afinidade com a arte culinária, com a organização do trabalho na cozinha e maior resistência à monotonia e ao isolamento. Segundo a autora, nesta noção de características está contida “uma relação imediata, quase visceral, entre o sexo feminino e a profissão de nutricionista”. Desse modo, sua qualificação apresenta-se primeiro como habilidades inerentes ao sexo (VIANA, 1995). Essa percepção da profissão é carregada desde seus primórdios, quando era anunciada no primeiro boletim da Associação Brasileira de Nutrição (ABN) de agosto de 1959 como um campo de formação de conhecimentos científicos e técnicos de grande utilidade, em especial para mulher, ao passo que auxiliaria no cuidado com a saúde da família e o controle da economia doméstica. O anúncio traz também que a profissão se enquadra em suas afinidades neutras femininas, sendo sobre muitos aspectos “uma dilatação de suas atribuições domésticas” (ANDRADE & LIMA, 2003).

Muitos são os obstáculos impostos às mulheres para que alcancem uma posição igualitária no ambiente profissional. Bosi (1995) sugere que o maior deles proceda do preconceito e da discriminação em relação ao trabalho feminino. Sem desmerecer as importantes conquistas do movimento feminino das décadas anteriores, Bosi (1995) previu que haveria muita luta em prol de maior equidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, luta que ocorre ainda hoje, ganhando cada vez mais destaque em discussões públicas. Além da questão do preconceito, existe também a tradicional divisão sexual de tarefas, o que obriga as mulheres à busca contínua de conciliação entre as atividades domésticas e as da vida profissional. Em outras palavras, o que

poderia ser visto como um avanço, em realização pessoal, torna-se na verdade uma sobrecarga e, por que não dizer, um obstáculo importante ao bom desempenho e à ascensão profissional na competição com o sexo masculino (BOSI, 1995, p. 67-68).

Na pesquisa de Bosi (1995), entre as nutricionistas entrevistadas a autora encontra, em sua maioria, que são casadas e lidam com a difícil “arte” de desempenhar-se no papel de “boa mãe” e “profissional competente”. Inclusive, a autora aponta que em todos os momentos de discussão do estudo, registrou-se a ausência de alguma nutricionista ou a impossibilidade de permanecer até o final dos grupos, onde as justificativas e os motivos alegados relacionavam-se, quase exclusivamente, a doença dos filhos, não ter com quem deixar as crianças após o expediente ou terem que buscar as crianças na escola.

Nesse sentido, ao compreendermos a autonomia como necessária para constituir uma identidade profissional sólida, percebe-se que o papel do gênero na profissão constitui uma barreira na busca por reconhecimento. Se entendermos a autonomia em função do grande controle que se tem do processo de trabalho, tanto no sentido organizacional quanto no sentido operacional, é possível pensar que a nutricionista inserida na indústria não tem consciência exata de quão limitada é sua autonomia, uma vez que, sendo profissional da saúde, está autorizada apenas a organizar, planejar e tomar decisões no que se refere ao processo de administrar a produção de refeições. Conforme indica Viana (1995), ao que parece, os responsáveis por todo o sistema de decisões que afetam a organização geral do serviço são os chefes de setores - recursos humanos, gerência administrativa - aos quais as nutricionistas estão hierarquicamente subordinadas (VIANA, 1995).

Na área clínica, por sua vez, as nutricionistas da pesquisa de Bosi (1995) apontaram que as dificuldades estão relacionadas ao baixo prestígio e pouco reconhecimento social. Outros fatores citados pelas nutricionistas foram o trabalho subordinado à classe médica, ou seja, sem autonomia, e também o fato de terem um trabalho com “menor responsabilidade”, já que não são as responsáveis legais pelos pacientes. A hierarquia se dá fortemente também neste setor, e a nutricionista fica mais uma vez subordinada a outra profissão. Segundo apresenta a autora, ao mesmo tempo que os depoimentos demonstraram indignação com a subalternidade em relação a outros profissionais, também aparece no discurso das entrevistadas a conformação com tal condição (BOSI, 1995).

Em pesquisa realizada com nutricionistas por Rotemberg e Prado (1991 *apud* ANDRADE & LIMA, 2003), sentiu-se a ausência de menção à participação em cargos ou situações de poder. Houve entre as entrevistadas a manifestação de que a categoria se vê excluída em processos decisórios nas instâncias das atividades de planejamento, definição de políticas de alimentação e nutrição, entre outros. Para alcançar o desejado poder, segundo as autoras, depende-se de disputa, participação política, auto-confiança, do rompimento com a desvalorização apontada diretamente ou de forma velada na história de vida dos profissionais, características estas, entretanto, tidas pelas participantes como atitudes “feias” e/ou “não femininas”. A exemplo desse e outros estudos, ressaltaram-se características de comportamento “conformado” ou “pouco ousado” entre as nutricionistas, ainda que não relacionados diretamente (ANDRADE & LIMA, 2003).

Outra observação relevante no trabalho da nutricionista, é a remuneração. Os espaços reservados para a mulher sempre foram aqueles que não possibilitam autonomia econômica, sendo remunerada com valor de salário suficiente para alimentar o mercado consumidor, mas não para organização própria. Mais uma vez, isto é reforçado pelos argumentos das “deficiências femininas” para o mundo do trabalho, já que suas características naturais a habilitariam para o trabalho doméstico (ANDRADE & LIMA, 2003). A não importância e valorização do salário e estabilidade financeira se dá em um grupo eminentemente feminino e inserido no mercado de trabalho, podendo significar que este vê o seu salário como complemento da renda familiar, não como real valor do trabalho realizado e projeção profissional (ROTEMBERG & PRADO, 1991 *apud* ANDRADE & LIMA, 2003).

Discutimos cada vez mais o papel da mulher na sociedade e, mesmo com a maioria das nutricionistas pertencendo ao sexo feminino, não vemos essa discussão ocorrendo na área da nutrição - podemos observar, inclusive, que nossas principais referências são da década de 90. Nessa época, as nutricionistas entrevistadas identificavam muitas dificuldades relacionadas às dificuldades ainda presentes hoje quando falamos das atividades exercidas pela mulher no mundo do trabalho. Apontar esta questão e relacionar a influência do predomínio de mulheres à autonomia estimula o debate acerca de uma melhor compreensão das barreiras que a nutrição pode encontrar na sua busca por autonomia profissional.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado no primeiro capítulo, Bosi (1995) aponta alguns elementos para estabelecermos uma profissão. A autora conclui em sua pesquisa que a Nutrição é uma semiprofissão, não tendo ainda o necessário para definir-se como profissão. Conforme apresentado neste trabalho, as nutricionistas ainda precisam empenhar-se na luta por melhor remuneração, prestígio e influência; autonomia profissional; compromisso dos membros com a profissão; e monopólio sobre a tarefa.

O fato de sermos uma profissão composta em sua maioria por mulheres não é por acaso, vem de uma construção histórica e de um período onde a mulher não tinha ainda voz suficiente para determinar sua posição na sociedade, sendo na época subordinada a figura do homem no papel de administrador do trabalho. Em diversos momentos a falta de autonomia aparece como questão central nos entraves do trabalho da nutricionista, mas não parece existir um movimento que vai contra essa lógica e a nutricionista se conforma e aceita sua posição subalternizada a outras profissões.

Nas três principais áreas de atuação, podemos ver a relação entre biológico e social e também nas três áreas podemos perceber que a questão do gênero na profissão não passa despercebida - apenas não é problematizada. Quando falamos da falta de diálogo entre biológico e social, percebermos o fato de não termos formação política, e isso reflete na carência teórica para percebermos e enfrentarmos a situação que nos é imposta.

Ao relacionar os fatos apresentados, teve-se como objetivo despertar o interesse sobre esta causa entre nutricionistas e entre estudantes de nutrição. Enquanto não fizermos essa discussão, continuaremos sendo uma profissão que ocupa posições sem poder de decisão, onde ficamos incapazes de defender nosso ponto de vista. Cabe a nutricionista assumir o papel que deseja desempenhar como profissional e enfrentar as instabilidades que isso pode gerar em nossa formação, atuação e percepção de identidade.

REFERÊNCIAS

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão**. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITC Ltda. São Paulo, Brasil. 1995.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PRADO, Shirley Donizete. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. **Ciênc. saúde coletiva vol.16 no.1 Rio de Janeiro Jan. 2011**

BOURDIEU, P. **Le champ scientifique**. Actes de Ia Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. p. 88-104. Tradução de Paula Montero. 1976.

BRASIL. Lei 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. 1991.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível. Capítulo 13: Ciências Sociais e Humanas nos Cursos de Nutrição**. Organizado por Ana Maria Canesqui e Rosa Wanda Diez Garcia. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 306p. 2005.

CAPES, CNPq, FINEP. **Tabela das Áreas do Conhecimento**, 2012. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 380/2005. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>

_____. Conceito de SAN. 2015. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 5/2001. Diário Oficial da União Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>

COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. **Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil**. Rev. Nutr. vol.12 no.1 Campinas Jan./Apr. 1999.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Organizadoras). **Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Verbetes: Autonomia**, por Vera Alice Cardoso da Silva. p. 51-53; **Gênero**, por Marlise Matos. p. 153-155. - Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

FOUREZ, Gérard. **A Construção das Ciências - Introdução à filosofia e à ética das ciências. Capítulos 1: Introdução; Capítulo 5: O método científico: a ciência como disciplina intelectual**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

PRADO, Shirley Donizete et al. **Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos** - Revista de Nutrição (Impresso), v. 24, p. 927-937, 2011.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **O nutricionista no Brasil: uma análise histórica**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 15, n.2, p. 127-138, 2002.

_____. **Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil.** Revista de Nutrição (Impresso), v. 24, p. 605-617, 2011.

_____. **Como nasceram meus anjos brancos - a constituição do campo nutrição em saúde pública em Pernambuco.** 2. ed. ampl. - Porto Alegre: Stampa. 276 p. 2010.

VIANA, Solange Veloso. **Nutrição, Trabalho e Sociedade.** Editora da Universidade Federal da Bahia. 167 p. 1995.

VEIROS, Marcela Boro. **Análise das condições de trabalho do nutricionista na atuação como promotor de saúde em uma Unidade de Alimentação e Nutrição: um estudo de caso.** 2002. 225 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/Ergonomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.